Introdução ao Orçamento
e Grandes Opções do Plano

Rio Maior
CÂMARA MUNICIPAL

2012

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

1- INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, faz depender a actividade municipal, essencialmente, da existência de dois documentos de natureza previsional: as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal.

O primeiro define as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, sendo constituído pelo Plano Plurianual de investimentos (PPI), com projecção quadrienal, do qual constam os projectos e acções que implicam despesas a realizar por investimentos e, ainda, pelas Actividades Mais Relevantes (AMR), previstas para o ano, integrando as acções ou projectos de natureza económica diferente, cujas despesas não se consideram de investimento nem encargos normais de funcionamento dos serviços.

Por sua vez, o Orçamento Municipal prevê as receitas a arrecadar e as despesas a realizar durante o ano económico, quer com a execução das Grandes Opções do Plano, quer com os encargos normais de funcionamento dos serviços.

A aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento deve ocorrer em sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar até finais de Dezembro do ano imediatamente anterior àquele a que os documentos se referem, de acordo com o estabelecido no número 2 do artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

1.1. – A CONJUNTURA ECONÓMICA

1.1.1 – No mundo

A economia global continua a ser desafiada com a volatilidade dos mercados que influenciou a recente redução do *rating* de crédito soberano em vários países e que levou ao aumento das tensões na Europa. Era esperado um abrandamento do desempenho das economias, mas a desaceleração foi mais profunda do que o previsto.

Desde as últimas previsões de crescimento mundial, apresentadas pelo FMI em Setembro, houve um abrandamento da actividade económica, em particular na Europa. A turbulência nos mercados financeiros contribui para a incerteza das previsões económicas e para a necessidade de ajustamento dos números das maiores economias mundiais.

Nas últimas previsões conhecidas, o FMI apontava para um crescimento mundial de 4 por cento em 2012, de 1,8 por cento nos Estados Unidos e de 1,1 por cento na zona euro, destacando um crescimento de 1,4 por cento em França, de 1,3 por cento na Alemanha e de 0,3 por cento em Itália, mas espera-se uma revisão em baixa destes valores uma vez que as análises de conjuntura fazem crer que o crescimento será mais baixo que o previsto.

Este agravamento conjuntural parece dever-se, em grande parte, à crise na zona do euro mas também às dificuldades associadas à divida soberana dos Estados Unidos da América.

O abrandamento no ritmo da recuperação económica mundial é sentido desde meados deste ano.

Na zona euro, o crescimento, fica abaixo da previsão para a economia mundial, para as economias desenvolvidas (2,3 por cento), e sobretudo para as economias dos países emergentes (7,1 por cento).

O crescimento global previsto para 2011 e 2012 não parece ser suficiente para permitir a diminuição do desemprego que se tem verificado.

As medidas de austeridade orçamental a ser implementadas e o desemprego, um pouco por todo o mundo, tornam a recuperação mais lenta.

A ONU defende mais medidas de estímulo orçamental, com políticas monetárias coordenadas e orientadas para a criação de emprego e para o equilíbrio económico global, sendo para isso necessário a referida coordenação internacional.

O cenário actual reforça a ideia de que as reformas estruturais continuam a ser essenciais para que as economias se ajustem a choques adversos, fomentem o

crescimento da produtividade e aumentem o emprego e a concorrência, contribuindo, desse modo, para um crescimento sustentado a nível global.

1.1.2 – No País

A economia portuguesa será, em 2012, caracterizada por um quadro recessivo em que a necessidade de implementação de medidas de consolidação orçamental e de correcção de desequilíbrios macroeconómicos serão determinantes.

A implementação de reformas estruturais que promovam o crescimento e a competitividade é inadiável assim como o reforço da consolidação das finanças públicas. No entanto, a correcção destes desequilíbrios macroeconómicos deixa antever uma contracção significativa da procura interna, com impacto ao nível da actividade económica e do emprego, esperando-se uma contracção acentuada do Produto Interno Bruto.

A adaptação do sector bancário às actuais exigências dos mercados financeiros deverá condicionar o acesso dos agentes económicos ao crédito, limitando o consumo de bens duradouros e de investimento privado.

No que diz respeito à inflação deverá crescer 3.4 por cento em 2011 (1.4 por cento em 2010), traduzindo fundamentalmente o impacto dos aumentos do Impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA) registado em meados de 2010 e início de 2011, assim como um aumento muito significativo dos preços de alguns bens e serviços sujeitos a regulação. Projectando-se assim uma descida do índice de preços para 2.2 por cento em 2012 de acordo com o último boletim económico do Banco de Portugal.

As actuais projecções caracterizam-se por um nível de incerteza particularmente elevado. Este é condicionado por alguns factores de natureza externa, nomeadamente a possibilidade de desenvolvimentos económicos e financeiros adversos a nível internacional, bem como o agravamento da crise soberana ao nível europeu.

Neste quadro, e não obstante a existência de um elevado nível de incerteza e de riscos acrescidos no contexto da crise da dívida soberana na área do euro, espera-

se que a execução do programa de ajustamento económico e financeiro promova o retorno a um clima de confiança e a um enquadramento propício ao crescimento sustentado da economia.

No actual contexto de recessão económica, em que a implementação de medidas estruturais é imperativa, sendo a consolidação das contas públicas um objectivo prioritário, é de esperar que venham a verificar-se alguns constrangimentos à actividade autárquica, nomeadamente pela redução da receita por via das transferências do estado para os municípios e pela limitação ao endividamento dos municípios, que perspectivam uma enorme exigência e rigor na elaboração, execução e controlo dos orçamentos municipais.

1.1.3 – Nos Municípios

Considerando que a actividade dos municípios é muito influenciada pela conjuntura económica nacional e internacional verifica-se que os mesmos se vêem confrontados com um cenário de forte contenção, com a Administração Central a submeter as transferências dos fundos municipais a novas regras mais limitativas da sua actividade e a dificultar o acesso ao crédito.

Segundo uma análise da Associação Nacional de Municípios, haverá nas autarquias uma efectiva descida da sua receita, com a agravante dessa descida se verificar desde há vários anos consecutivos, circunstância que pode conduzir a uma redução do investimento na Administração Local e que, consequentemente, terá implicações negativas no desenvolvimento sócio económico local.

Acresce que, ao longo dos últimos anos, se tem vindo a assistir a uma crescente transferência de competências e atribuições para os municípios, sem a transferência dos suficientes recursos financeiros, o que contribui para a redução dos encargos do Estado, e por consequência para a diminuição do défice, mas representa uma responsabilidade acrescida para a Administração Local.

A conjuntura económica que se anuncia para 2012 acompanhada das correspondentes restrições governamentais é mais desfavorável para a gestão autárquica e parece conduzir à degradação da situação financeira dos municípios.

Promover o desenvolvimento económico e a melhoria crescente dos padrões de qualidade de vida concelhios constitui um desafio cada vez maior e reforça a necessidade de uma gestão rigorosa acompanhada de uma articulação equilibrada dos investimentos autárquicos.

1.2 - ESTRUTURA ORÇAMENTAL 2012

1.2.1 – Receita

A previsão das acções a executar e das despesas a realizar está condicionada, como se sabe, ao valor das receitas previstas para o respectivo ano económico, sendo certo que factores externos à vontade do executivo municipal podem condicionar também a sua efectivação.

As receitas previstas para o ano económico de 2012 orçam no valor global de 27.816.988,00 €, correspondendo 15.951.601,00 € a receitas correntes e 11.865.387,00 € a receitas de capital.

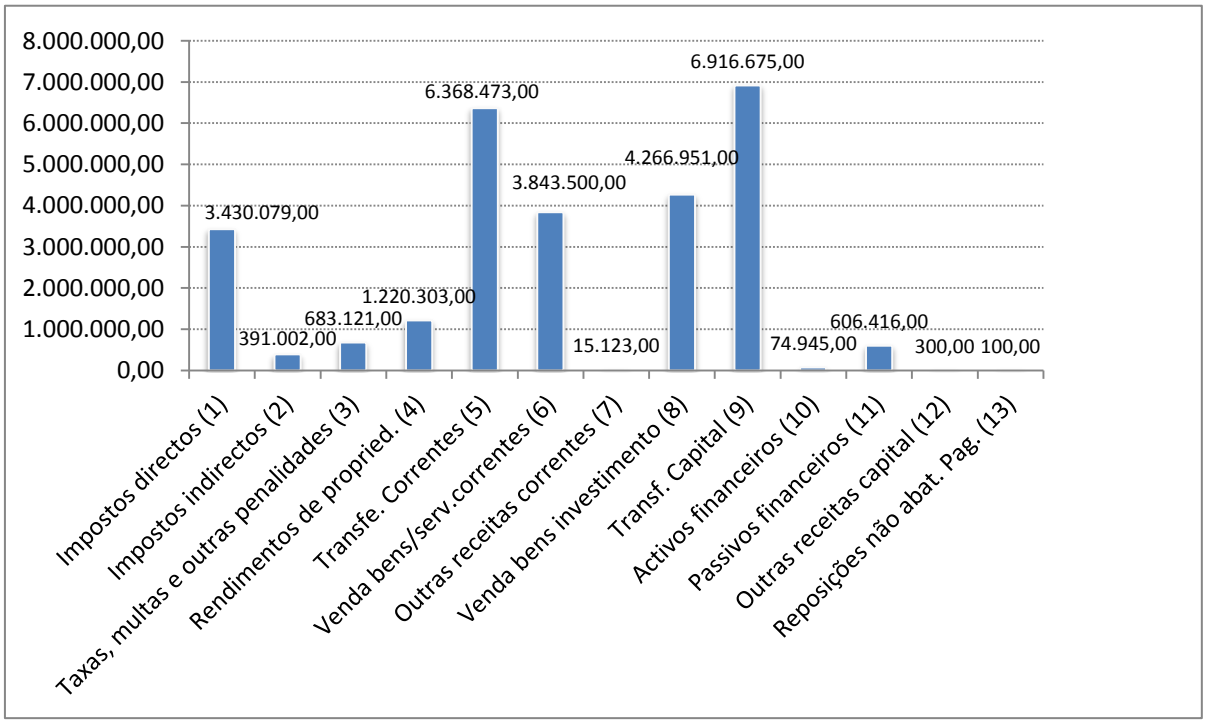
Em termos económicos, a receita prevista por cada um dos capítulos, assim como o peso relativo de cada um deles, constam do quadro que se segue.

1.2.1.1 – Quadro – Estrutura da Receita

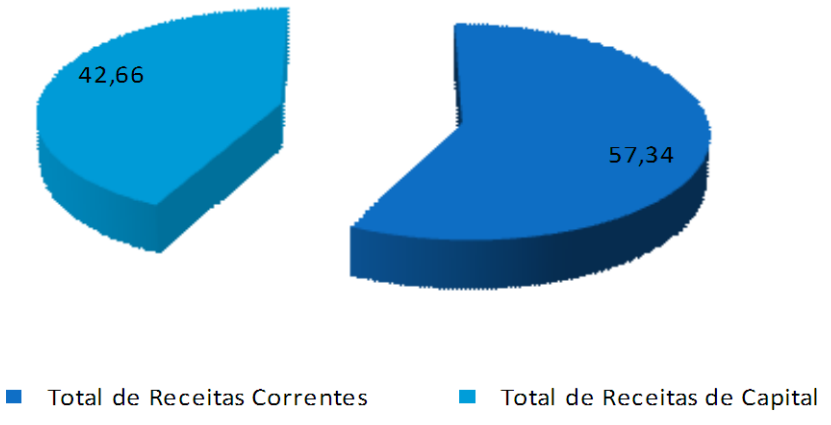
Uni: Euro

Descrição da Receita	2012	%
Impostos directos (1)	3.430.079,00	12,33
Impostos indirectos (2)	391.002,00	1,41
Taxas, multas e outras penalidades (3)	683.121,00	2,46
Rendimentos de propried. (4)	1.220.303,00	4,39
Transfe. Correntes (5)	6.368.473,00	22,89
Venda bens/serv.correntes (6)	3.843.500,00	13,82
Outras receitas correntes (7)	15.123,00	0,05
Total de Receitas Correntes	15.951.601,00	57,34
Venda bens investimento (8)	4.266.951,00	15,34
Transf. Capital (9)	6.916.675,00	24,86
Activos financeiros (10)	74.945,00	0,27
Passivos financeiros (11)	606.416,00	2,18
Outras receitas capital (12)	300,00	0,00
Reposições não abat. Pag. (13)	100,00	0,00
Total de Receitas Capital	11.865.387,00	42,66
TOTAL	**27.816.988,00**	**100,00**

1.2.1.2 – Gráfico – Estrutura da Receita



1.2.1.3 – Gráfico – Estrutura da Receita (Resumo)



1.2.1.4 – Breve Análise da Receita

Do quadro constante do ponto 1.2.1.1 constata-se que nas receitas correntes assumem peso determinante as transferências correntes, os impostos directos, a venda de bens e serviços correntes e os rendimentos de propriedade, representando estas quatro rubricas 94,00% das receitas correntes e 53,43 % da receita total.

As transferências correntes orçam 6.368.473,00 €, cerca de 23% do valor global do orçamento e de aproximadamente 40% do valor total das receitas correntes, importância essa que é maioritariamente preenchida pelas transferências da Administração Central, designadamente pelo fundo de equilíbrio financeiro e pelas transferências no âmbito dos acordos estabelecidos na área da educação, com os montantes de 3.291.497,00 € e 1.913.994,00 €, respectivamente.

Todas as demais receitas correntes orçam 9.583.128,00 €, contribuindo com 60% para o total da receita prevista, sendo a sua maior parte proveniente dos impostos directos (3.430.079,00 €), dos rendimentos da propriedade (1.220.303,00 €) donde se destaca a renda de concessão eléctrica (665.073,00 €) e a renda de produção de energia eólica (518.887,00 €) e da venda de bens e serviços correntes (3.843.500,00 €), capitulo onde as receitas são provenientes dos serviços prestados no âmbito do fornecimento de água, resíduos sólidos e tarifa de disponibilidade assumem maior relevância.

No que respeita às receitas de capital assumem peso determinante as transferências de capital:
- Do Estado, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, no valor de 1.772.344,00 €;
- Do Estado, através de acordos de cooperação técnica e financeira 299.786,00 €;
- Do Exterior, comparticipações comunitárias ao investimento municipal 4.824.245,00€

As demais receitas de capital previstas são asseguradas pela venda de bens de investimento, no valor de 4.266.951,00 €, designadamente a venda de lotes de terreno já aprovados para construção e de outras parcelas de terreno de que o município dispõe para o efeito, bem como da arrecadação de receita de empréstimos já aprovados.

Porém, não é demais repetir que parte da receita de capital prevista pode não chegar a arrecadar-se, designadamente no que toca à venda de bens de investimento, por estar dependente, em larga medida, das perspectivas de evolução do mercado imobiliário. Tudo isto poderá condicionar a actividade municipal, impondo um acompanhamento rigoroso da execução do orçamento, garantindo que a realização da despesa não se afaste da realização efectiva da receita.

1.2.2 – Despesa

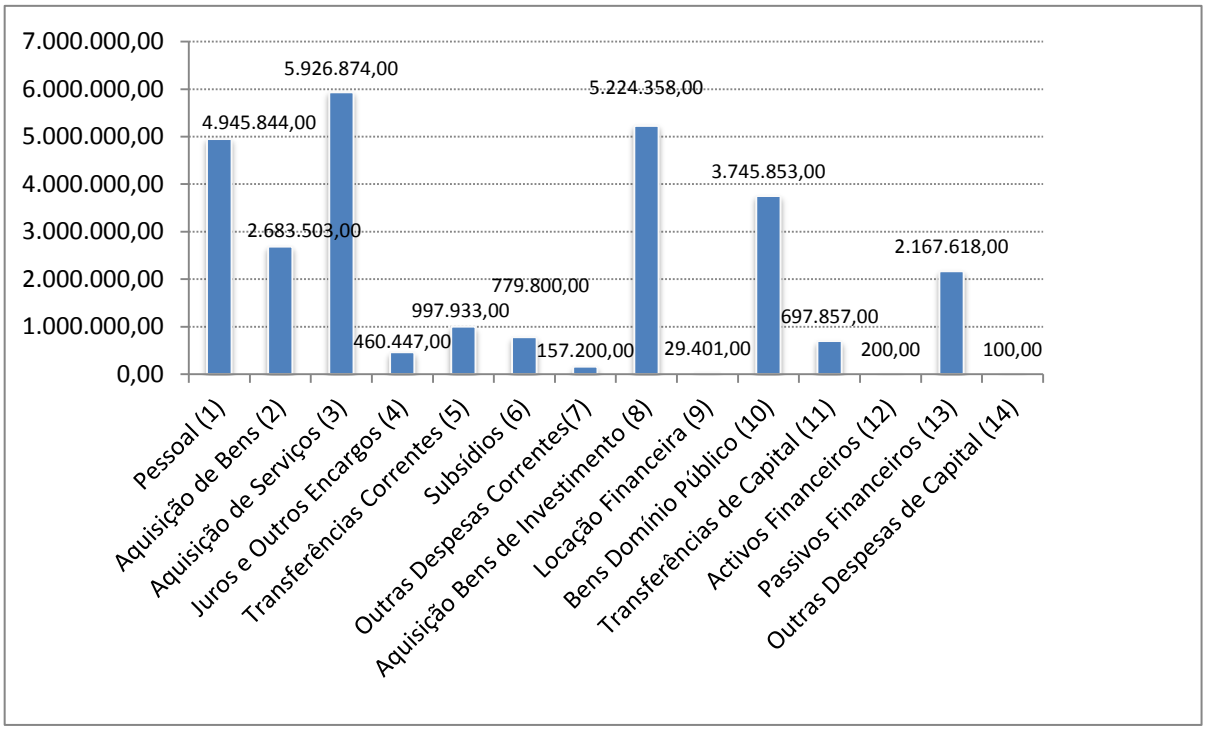
As despesas totalizam o mesmo valor da receita, afectando 15.951.601,00 € a despesas correntes e 11.865.387,00 € às despesas de capital, previsões que correspondem, respectivamente, a 57,34% e 42,66% do valor global das despesas.

1.2.2.1 – Quadro – Estrutura da Despesa

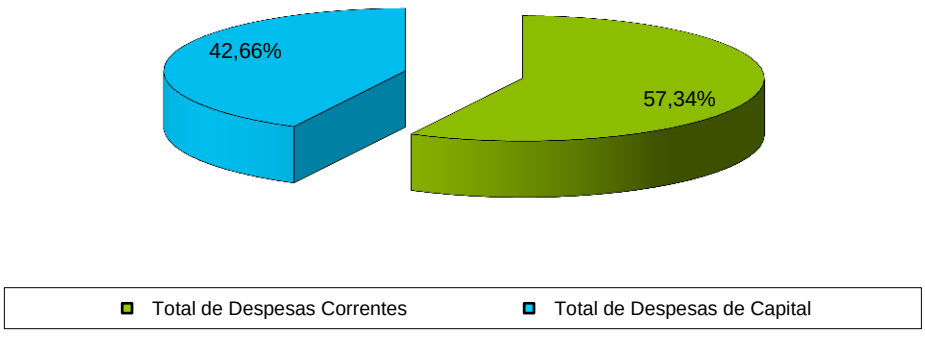
Uni: Euro

Descrição da Despesa	2012	%
Pessoal (1)	4.945.844,00	17,78
Aquisição de Bens (2)	2.683.503,00	9,65
Aquisição de Serviços (3)	5.926.874,00	21,31
Juros e Outros Encargos (4)	460.447,00	1,66
Transferências Correntes (5)	997.933,00	3,59
Subsídios (6)	779.800,00	2,80
Outras Despesas Correntes(7)	157.200,00	0,57
Total de Despesas Correntes	**15.951.601,00**	**57,34**
Aquisição Bens de Investimento (8)	5.224.358,00	18,78
Locação Financeira (9)	29.401,00	0,11
Bens Domínio Público (10)	3.745.853,00	13,47
Transferências de Capital (11)	697.857,00	2,51
Activos Financeiros (12)	200,00	0,00
Passivos Financeiros (13)	2.167.618,00	7,79
Outras Despesas de Capital (14)	100,00	0,00
Total de Despesas de Capital	**11.865.387,00**	**42,66**
TOTAL	**27.816.988,00**	**100,00**

1.2.2.2 – Gráfico – Estrutura da Despesa



1.2.2.3 – Gráfico – Estrutura da Despesa (Resumo)



1.2.2.4 – Breve Análise da Despesa

Do quadro referente à estrutura da despesa (ponto 1.2.2.1) pode deduzir-se que as rubricas com maior peso são, sucessivamente a aquisição de serviços, despesas com pessoal e aquisição de bens, que representam cerca de 84,98% das despesas correntes e 48,74% da despesa total.

As despesas correntes têm vindo a registar um aumento gradual ao longo dos últimos anos, em resultado, quer do alargamento da actividade municipal em diversas áreas prioritárias, designadamente na recolha e tratamento dos resíduos sólidos, de abastecimento de água, de saneamento, dos transportes escolares, da iluminação pública, das refeições escolares do ensino básico e pré-escolar, e da acção social escolar, quer ainda da actividade desenvolvida no âmbito de novas atribuições que a Administração Central transferiu para os Municípios.

Relativamente às despesas de capital existem três rubricas que se destacam: aquisição de bens de investimento e bens de domínio público (onde se destacam em 2012 diversos projectos com comparticipação da U.E.) e passivos financeiros (valores respeitantes a amortização de empréstimos de médio e L/ prazo e de C/ prazo).

Refira-se as transferências de capital para as freguesias, no total de 315.000,00€, previstas para serem afectas a investimentos a levar a cabo pelas respectivas juntas de freguesia.

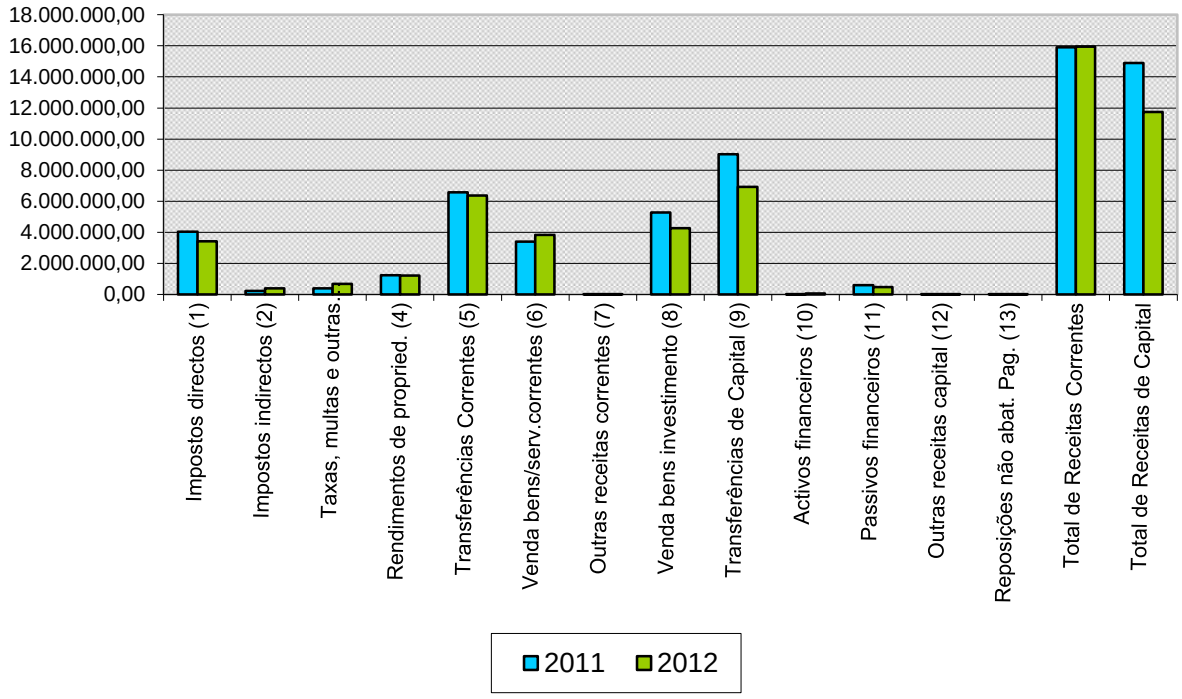
1.2.3 - Análise Comparativa do Orçamento

1.2.3.1 - Quadro – Comparação das Dotações da Receita Prevista entre os anos 2011/2012

Uni: Euro

Descrição da Receita	2011	2012	Var.Abs.	Var. (%)
Impostos directos (1)	4.041.278,00	3.430.079,00	-611.199,00	-15,12
Impostos indirectos (2)	240.281,00	391.002,00	150.721,00	62,73
Taxas, multas e outras penalidades	388.086,00	683.121,00	295.035,00	76,02
Rendimentos de propried. (4)	1.241.635,00	1.220.303,00	-21.332,00	-1,72
Transferências Correntes (5)	6.572.547,00	6.368.473,00	-204.074,00	-3,10
Venda bens/serv.correntes (6)	3.411.161,00	3.843.500,00	432.339,00	12,67
Outras receitas correntes (7)	15.376,00	15.123,00	-253,00	-1,65
Total de Receitas Correntes	**15.910.364,00**	**15.951.601,00**	**41.237,00**	**0,26**
Venda bens investimento (8)	5.266.483,00	4.266.951,00	-999.532,00	-18,98
Transferências de Capital (9)	9.025.991,00	6.916.675,00	-2.109.316,00	-23,37
Activos financeiros (10)	100,00	74.945,00	74.845,00	0,00
Passivos financeiros (11)	598.590,00	606.416,00	7.826,00	1,31
Outras receitas capital (12)	300,00	300,00	0,00	0,00
Reposições não abat. Pag. (13)	100,00	100,00	0,00	0,00
Total de Receitas de Capital	**14.891.564,00**	**11.865.387,00**	**-3.026.177,00**	**-20,32**
TOTAL	**30.801.928,00**	**27.816.988,00**	**-2.984.940,00**	**-9,69**

1.2.3.2 - Gráfico - Comparação das Dotações da Receita Prevista – 2011/2012



1.2.3.3 – Breve Análise das Receitas Previstas por Capítulos – 2011/2012

Dos valores constantes no **quadro 1.2.3.1** verifica-se que as maiores variações nas Receitas entre 2011 e 2012 são as seguintes:

- Nas Receitas Correntes:

▪ Impostos Directos – Neste capítulo verifica-se um decréscimo de 15,12% comparativamente ao ano anterior, que se deve à quebra da receita de Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis e Derrama, que influenciaram o valor previsto para 2012, por força da aplicação das regras previsionais previstas no POCAL, para elaboração dos documentos previsionais.

▪ Os impostos indirectos e as taxas, multas e outras penalidades, tiveram um acréscimo de 62,73 % e 76,02% respectivamente, resultante do acréscimo de receita do saneamento, devido à actualização de tarifas para 2012.

▪ As transferências correntes tiveram um decréscimo de 3,10%, devido às medidas de austeridade implementadas pelo Governo no Orçamento Estado para 2012.
A este propósito, basta referir que nos anos de 2010, 2011 e 2012 o Município perde a título de transferências do O.E. mais de 890.000,00 €.

▪ A rubrica de vendas de bens e serviços correntes apresentam também um acréscimo em 2012.

- Nas Receitas de Capital:

▪ Venda de Bens de Investimento (-18,98%) – O decréscimo deve-se à desvalorização do valor dos bens a vender, consequência da crise que se verifica no mercado imobiliário. No entanto, torna-se necessário o Município proceder à venda dos mesmos, dada a necessidade que tem de realizar receita para fazer face a compromissos assumidos, nomeadamente a amortização de empréstimo de curto prazo (600.000,00 euros), a amortização

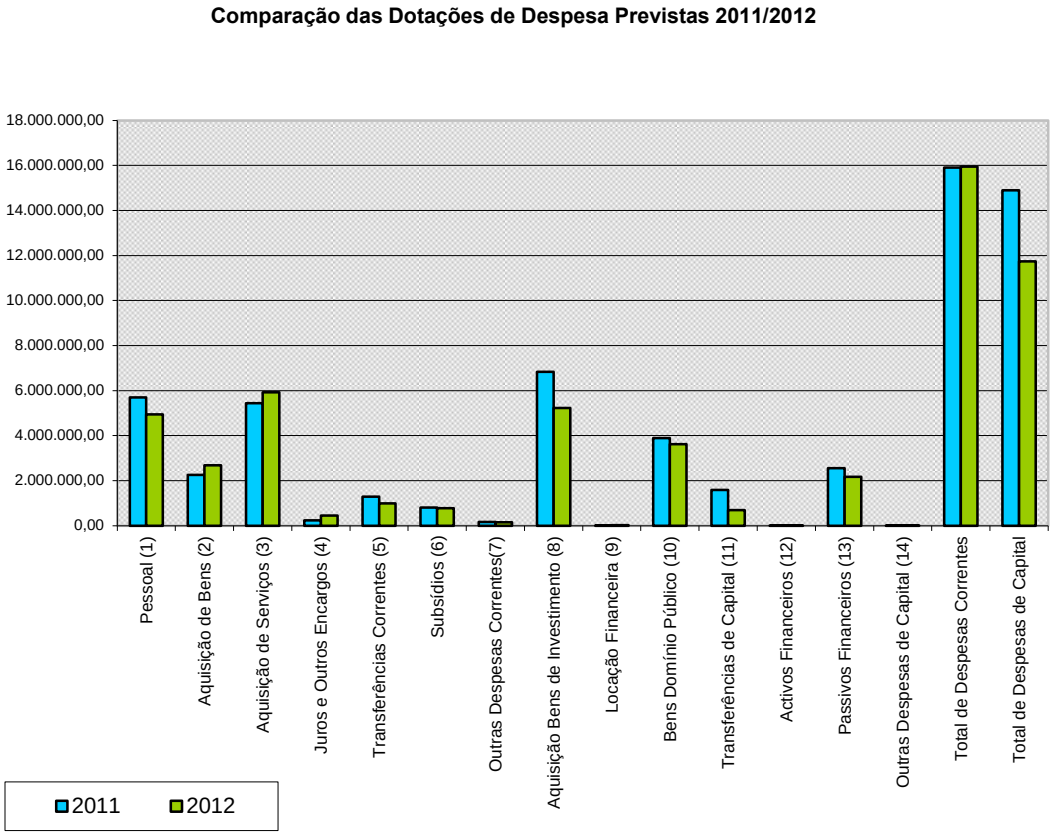
de empréstimos de médio e longo prazo (1.567.518,00 euros), as transferências ao abrigo de protocolos com a Santa Casa da Misericórdia (220.417,00 euros) e com a Escola Superior de Desporto (120.000,00 euros em 2012 e 735.000,00 euros nos anos seguintes.

▪ Transferência de Capital (-23,37%) – Para 2012 prevê-se uma quebra na comparticipação comunitária, em parte devido ao facto de apenas estar prevista a receita referente a projectos em execução.

1.2.4 – Quadro - Comparação das Dotações da Despesa Prevista entre os anos 2011/2012

Descrição da Despesa	2011	2012	Var.Abs.
Pessoal (1)	5.692.164,00	4.945.844,00	-746.320,00
Aquisição de Bens (2)	2.260.388,00	2.683.503,00	423.115,00
Aquisição de Serviços (3)	5.443.205,00	5.926.874,00	483.669,00
Juros e Outros Encargos (4)	239.985,00	460.447,00	220.462,00
Transferências Correntes (5)	1.293.587,00	997.933,00	-295.654,00
Subsídios (6)	809.835,00	779.800,00	-30.035,00
Outras Despesas Correntes(7)	171.200,00	157.200,00	-14.000,00
Total de Despesas Correntes	**15.910.364,00**	**15.951.601,00**	**41.237,00**
Aquisição Bens de Investimento (8)	6.836.316,00	5.224.358,00	-1.611.958,00
Locação Financeira (9)	13.565,00	29.401,00	15.836,00
Bens Domínio Público (10)	3.890.262,00	3.745.853,00	-144.409,00
Transferências de Capital (11)	1.591.729,00	697.857,00	-893.872,00
Activos Financeiros (12)	9.882,00	200,00	-9.682,00
Passivos Financeiros (13)	2.549.610,00	2.167.618,00	-381.992,00
Outras Despesas de Capital (14)	200,00	100,00	-100,00
Total de Despesas de Capital	**14.891.564,00**	**11.865.387,00**	**-3.026.177,00**
TOTAL	**30.801.928,00**	**27.816.988,00**	**-2.984.940,00**

1.2.4.1 – Gráfico - Comparação das Dotações da Despesa Prevista entre os anos 2011/2012



1.2.4.2 – Breve Análise das Despesas Previstas por Capítulos – 2011/2012

Com base no quadro anterior, verificamos que as variações mais assinaláveis na Despesa entre 2011 e 2012 são as seguintes:

- Nas Despesas Correntes:

▪ Pessoal – O decréscimo verificado de 2011 para 2012 (-13,11%) está relacionado com a saída de funcionários (quer por aposentação, quer por cessão de comissões de serviço) e com as medidas previstas no orçamento de Estado para 2012 (eliminação de parte dos subsídios de férias e Natal).

▪ Aquisição de Bens e Serviços – O acréscimo nesta rubrica (+ 28,02%) tem essencialmente a ver com o acréscimo no valor do fornecimento de água (Águas do Oeste), no fornecimento de refeições escolares, nos transportes

escolares, nos serviços de saneamento (Águas do Oeste) e na subida dos consumos de energia eléctrica devido aumento da taxa de IVA de 6% para 23%.

▪ Juros e Outros Encargos – De 2011 para 2012 verifica-se um acréscimo na ordem dos 90,82 %, resultado da subida das taxas de juro dos empréstimos bancários ao longo de 2011 tendência que se prevê manter no decurso de 2012 e também de juros financeiros a suportar em 2012 resultantes dos respectivos contratos.

▪ Subsídios (- 3,71%) – A diminuição do valor desta rubrica deve-se à redução do valor a transferir para a Empresa Municipal Desmor, ao abrigo do contrato-programa.

▪ As Transferências Correntes – tiveram um decréscimo de 22,86%.

- Nas Despesas de Capital:

▪ Transferências de Capital (- 56,16%) – O decréscimo relaciona-se, essencialmente, com a diminuição do valor a transferir para as Juntas de Freguesia e com o diferimento até 2015 do valor a transferir para a Escola Superior de Desporto.

▪ Passivos Financeiros (-14,98%) – O decréscimo nesta rubrica resulta de um decréscimo no montante das amortizações de empréstimos relativamente a 2011, justificado pelo valor do empréstimo curto prazo a amortizar em 2012 ser de montante inferior ao amortizado em 2011.

.

1.2.5 – Grandes Opções do Plano 2012

COD.OBJ.	ÁREAS DE ACTUAÇÃO	GOP-2011	%	GOP-2012	%
11	**Serviços gerais de administração pública**				
111	Administração geral	950.044,00	5,84	1.054.473,00	7,32
12	**Segurança e ordem pública**				
121	Protecção civil e luta contra incêndios	170.683,00	1,05	214.417,00	1,49
21	Educação	4.195.391,00	25,78	3.603.021,00	25,01
22	Saúde	15.400,00	0,09	8.800,00	0,06
23	**Segurança e acção social**				
232	Acção social	360.208,00	2,21	396.850,00	2,75
24	**Habitação e serviços colectivos**				
241	Habitação	300,00	0,00	300,00	0,00
242	Ordenamento do território	3.052.312,00	18,75	2.854.321,00	19,81
243	Saneamento	240.454,00	1,48	491.531,00	3,41
244	Abastecimento de água	233.484,00	1,43	186.363,00	1,29
245	Resíduos sólidos	400,00	0,00	490.717,00	3,41
246	Protec.do meio ambiente e cons. natur.	16.608,00	0,10	18.428,00	0,13
25	**Serv.culturais, recreat.e religiosos**				
251	Cultura	349.932,00	2,15	279.878,00	1,94
252	Desporto, recreio e lazer	2.019.466,00	12,41	1.892.097,00	13,13
320	Indústria e energia	34.172,00	0,21	69.594,00	0,48
331	Transportes rodoviárias	2.637.491,00	16,20	1.905.967,00	13,23
34	**Comércio e turismo**				
341	Mercados e feiras	242.060,00	1,49	158.144,00	1,10
342	Turismo	89.609,00	0,55	61.071,00	0,42
4	**Outras funções**				
420	Transferências entre administrações	623.863,00	3,83	560.000,00	3,89
430	Diversas não especificadas	1.045.020,00	6,42	159.215,00	1,11
TOTAL		**16.276.897,00**	**100,00**	**14.405.187,00**	**100,00**

A educação é o objectivo que absorve a maior parcela do valor do financiamento previsto para 2012, assumindo mais de 25% do total do financiamento das GOP'S, facto que resulta essencialmente das verbas previstas para construção dos Centros Escolares e para os serviços associados à actividade escolar, designadamente no âmbito dos transportes escolares e do fornecimento de refeições escolares.

O objectivo da habitação e serviços colectivos, contempla cerca de 28% do total das GOP´s, sendo a maior parte afecta ao ordenamento do território, precisamente no âmbito do programa de acção para a regeneração urbana da cidade de Rio Maior, sendo que o saneamento, o abastecimento de água e os resíduos sólidos não deixam de ser contemplados com verbas significativas.

Seguem-se os objectivos dos serviços culturais, recreativos e religiosos e dos transportes rodoviários, cujo os projectos e acções absorvem também verbas consideráveis, orçando ambas 13%.

O valor do financiamento afecto a estas quatro áreas de actuação municipal corresponde a cerca de 80% de todo o financiamento das GOP's, sendo o sector da educação eleito pelos órgãos autárquicos como objectivo estratégico de progresso.

A acção social e a cultura são contempladas com verbas que atingem cerca de 5% no total das GOP's.

Por sua vez, as transferências entre administrações afecta também uma parte significativa das GOP'S, cerca de 4%, com particular destaque para as transferências para as Juntas de Freguesia no âmbito dos protocolos de delegação de competências, que continuarão assim a contar com a colaboração do Município na realização dos seus objectivos, actividades e obras de investimento.

Não obstante todas as limitações e constrangimentos referidos, a concretização de outras acções e projectos necessários à satisfação das populações, estamos certos que com a realização dos principais investimentos e acções previstos nas GOP's, ver-se-á um enorme incremento ao desenvolvimento económico e social de Rio Maior.